

## PORQUÊ AS BOLSAS CAEM E CONTINUARÃO A CAIR.

Prof. Sérgio Augusto Pereira de Borja

Com a globalização que caracteriza-se como um processo de forte aceleração de mudanças tecnológicas determinadas pela intensa difusão de inovações telemáticas e de informática; pela emergência de novos padrões de produção, com a disseminação de sistemas *just-in-time*; pelo avanço da concentração do poder dos mercados internacionalizados e do crescimento dos oligopólios em escala mundial, o que já fora objeto de estudo por Hilferding, em *O Capital Financeiro* e posteriormente por John Kenneth Galbraith em *O Capital Industrial*, emerge, pós Bretton-Woods, onde os EUA apareciam como nação hegemônica, um novo macro-cenário mundial.

Simbolicamente com a queda do muro de Berlim, em substituição à bipolaridade nuclear-militar URSSxEUA, e a subsequente hegemonia e liderança americana, ocorre a erosão desta base causada pelo movimento de unificação européia e pela ascensão da indústria japonesa que conduziu ao que se convencionou chamar de policentrismo econômico-tripolar (Europa-Japão-EUA). Este novo cenário mundial vai erodir ainda mais o sistema de Bretton Woods, que através das alternativas de economistas como Harry Dexter White e Lord Keynes, institucionalizava um sistema de câmbio de taxa fixa com padrão ouro, transformando-o paulatinamente no atual "não sistema" que, conforme Paul Volcker e Toyoo Gyohten, é um "sistema" de flutuação no qual temos múltiplas moedas de reserva, tais como o dólar, o iene e o marco, que o tornam altamente instável.

Aliado a todos estes problemas constatou-se, concomitantemente, um aprofundamento e um distanciamento entre a economia física, a monetária e a financeira. Nos EUA a partir de 1970, detectou-se uma gradativa queda de seu produto real líquido refletindo-se, da mesma forma, numa deteriorização de sua infra-estrutura básica. Tal decréscimo situa-se num percentual de 2% ao ano que vem sendo compensado com substitutivos identificados como aqueles de canibalização de seus investimentos domésticos anteriores em infra-estrutura, produção e força de trabalho e através da pilhagem de países estrangeiros, notadamente os latino-americanos, através de manipulações cambiais propiciadas pelo sistema monetário internacional (LaRouche - II/1997 - Uma alternativa ao neoliberalismo).

A persistência desses indicativos negativos ocasionaram paulatinamente o acaso do sistema americano e os EUA, de nação hegemônica e credora, passa a ocupar o lugar no mundo de maior nação devedora. Suplantado o dilema de Triffin, os EUA abandonam gradativamente o sistema de conversibilidade total e lastro ouro passando a emitir dólar, que torna-se a moeda internacional e necessária, passando a ser não só monetariamente, mas financeira e contabilmente, a moeda que supria e supre o meio circulante mundial e que servia e serve de valor referencial para a abertura e fechamento de qualquer operação financeira mundial, fosse ela pública ou privada. Nesta razão, a constante emissão de dólares, uma das maiores causadoras do déficit público, concomitantemente ao déficit fiscal e da balança comercial, ocasiona, com a persistência dos déficits públicos internos, a necessidade de seu financiamento através da emissão de títulos públicos de alta liquidez e baixo risco que ocasionaram através de técnicas sofisticadas (v.g., derivativos, operações a termo e a futuro, swaps, etc...) o inchamento do que se convencionou chamar de economia financeira fictícia.

A este mega-processo do estado americano, por um processo de indução e mimetismo pleno de analogia, as demais nações do mundo, notadamente as economias emergentes, utilizando-se de processos não idênticos mas similares, afundaram-se de mesma forma neste processo de endividamento através do crédito fácil, ocasionando, um processo de sinergia que inflaciona os ativos financeiros, distanciando-os da economia física e real e causando, por outro lado, um processo de rapinagem sobre a economia real ou ativos físicos, seja a produção.

Vários economistas de renome no mundo, em cima do cenário acima descrito, descrevem um fenômeno de hipertrofia artificial do sistema financeiro mundial, como se fosse uma mega-bolha, inflada pelas expectativas dos derivativos e todas as operações a termo e a futuro, que em detrimento da economia física, real, vampirizam-na, levando a um esgotamento que fatalmente levará a um acerto de contas final, pondo fim ao "Sistema de Corrente" e implodindo-o como um castelo de cartas num Mega-Crash esta pirâmide de economia fictícia. O mega-passivo-futuro, capital financeiro-fictício, desconectado de sua razão inicial, ativos reais, implodirá o sistema vigente, necessitando-se nesta ordem, de uma nova perspectiva e um novo pacto mundial, sob novos parâmetros, para que em termos de realidade implemente-se a justiça social e econômica que propiciem a felicidade dos povos e nações neste terceiro milênio. Urge um novo Bretton Woods, uma repactuação global através de novas regras para o FMI sob os parâmetros sofisticados do terceiro milênio que equalize as regras da OMC e do GATT em consonância com as da OIT, para que assim, concomitantemente, tenhamos o equilíbrio do capital e do trabalho na aldeia global.

Todos os abalos que se constata no sistema financeiro mundial, notadamente nas bolsas, Indonésia, Coréia, Tailândia, Filipinas, Japão e Hong-Kong, em realidade, referencialmente, começam lá sob uma perspectiva cronológica, porquê do ponto de vista real e substancial, este verdadeiro carcinoma econômico está embutido holísticamente (ubiquamente) em todo o sistema financeiro mundial, como se fosse um vírus de software, como uma bomba relógio, pronto para estourar frente ao acionamento dos indicativos internos dos países. Assim, estabelece-se um estopim ou sistema de acionamento de crise, que com relação aos demais países ainda não engolfados na crise, seu mecanismo está ligado na razão direta **tempoxdéficits**. O agravamento e esgotamento dos indicativos macro e micro-econômicos, com escalonamento gradativo e irreversível de índices tais como, déficit público interno e externo, taxa de câmbio maquiada e artificial, déficit no balanço de pagamentos; déficit em contas correntes, taxas de juros elevadas, déficit fiscal, são indicativos, que na razão direta ou inversa de sua ocorrência, monitoram a possibilidade próxima ou remota do crash. Neste campo, podemos afirmar, que o Brasil, nação mais indvidada do mundo logo atrás dos EUA, apresenta-se em face da sintomatologia dos indicativos e índices emanados dos informativos econômicos, apesar da propaganda governamental que gasta aproximadamente o equivalente a meio bilhão de dólares para exorcizar este fantasma, num páreo duro com a Rússia, Ucrânia e Itália, como o próximo da lista ou a bola (ou bolsa) da vez, necessitando-se somente esclarecer o primeiro termo da equação **tempoxdéficits**. No Brasil o déficit público nominal vai a 5,89% do Pib, a dívida em 1992, que situava-se ao redor de 136 bilhões, foi para mais de 148 após o Plano

Real e, desde então tem crescido 11% cada ano. Assim temos: 95 - 163 bilhões; 96 - 179 bilhões; e 97 - mais de 197 bilhões. Quase 200 bilhões. Agora, em 1998, fechado o balanço de 1997, a contabilidade acusou um total, considerando a dívida da União, estados e municípios, somados, de 306 bilhões, quase 6% do Produto Interno Bruto, que é a soma de tudo quanto o país produziu no exercício em todos os segmentos da economia, inclusive prestação de serviços. Outro fator macro-econômico de importância na observação dos fatos é a expansão da base monetária ou meio circulante da ordem de 63% em doze meses para custear o déficit e que, conforme um raciocínio monetarista, poderia incrementar a inflação. Cotejando situações análogas, o Bundesbank, banco central da Alemanha, o mais inflexível entre os mais importantes bancos centrais, em razão de sua independência, sustenta que o crescimento da base monetária - a quantidade de dinheiro em circulação na economia do país - tem um impacto direto sobre a economia e mais importante, sobre a inflação, assim, se a base monetária alemã teve um crescimento de 4,8%, num mesmo período a brasileira deu um salto de 24,1%. Os economistas constataam ainda mais, que não é a taxa de expansão do meio circulante, que academicamente foi sempre colocada no elenco dos fatores geradores de inflação, que no caso brasileiro paradoxalmente torna-se indiferente a esta que passa a justificar sua ocorrência, não mais neste item, mas exatamente no câmbio sobrevalorizado, que possibilita um alto poder aquisitivo no exterior na aquisição de importações que posteriormente colocadas no mercado, com seu dumping social e cambial embutidos, deprimem os concorrentes mantendo artificialmente os preços estabilizados a custa do sucateamento da produção nacional como um todo. Os indicativos da economia global estão aí para serem lidos: valorização dos metais nobres no mercado mundial (ouro e prata); a edição da Business Week de janeiro sob o título de "inflação zero da economia" em que uma nota de dólar, ilustrando a matéria, vem sintomaticamente, logo após as quedas dos tigres, com prumo e nível exorcizar a corrida ao balcão; a informação de que foi revogada pelo Tesouro Americano a necessidade de troca das moedas antigas de dólar até o ano 2000; a certeza de que a volatilização de 500 bilhões de dólares em Nova York e 700 bilhões de dólares na Ásia não correm impunemente sem disparar o efeito dominó; as declarações recentes e reiteradas do charmain do FED(Federal Reserve Board - banco central norte-americano), Alan Greenspan de que os reflexos da crise asiática não atingirão os EUA; o aumento dos juros norte-americanos; e por último a decisão do setor financeiro americano e do próprio Congresso, no sentido de negar um novo aporte de 50 a 60 bilhões de dólares para o FMI repactuar as dívidas de curto prazo do saco sem fundo dos ex-tigres. Kenneth Courtis, chefe do Deutsche Bank da Ásia, que vive no Japão e o professor do Instituto de Tecnologia de Massachussetts (MIT), Rudiger Dornbusch, estabelecem um prazo de mais ou menos seis meses, quando a política de desvalorização das moedas asiáticas que ocasiona o efeito "beggar-thy-neighbor", favorecerá ainda mais suas exportações aliando ao seu já praticado dumping social o chamado dumping monetário, vencendo de roldão nações com câmbio sobrevalorizado e com custos altos na produção, ocasionado pela alta dos juros internos e alíquotas de impostos, como é o caso do Brasil.

François Chénais, em sua obra a Mundialização do Capital, afirma textualmente que "é na produção que se cria riqueza, a partir da combinação social de formas de trabalho humano, de diferentes qualificações. Mas é a esfera financeira que comanda, cada vez mais, a repartição e a destinação social dessa riqueza. Um dos fenômenos mais marcantes dos últimos 15 anos tem sido a dinâmica específica da esfera financeira e seu crescimento, em ritmos qualitativamente superiores aos dos índices de crescimento do investimento, ou do PIB (inclusive nos países do OCDE), ou do comércio exterior. Esta dinâmica específica das finanças alimenta-se de dois tipos diferentes de mecanismos. Os primeiros referem-se à inflação do valor dos ativos, ou seja, à formação do capital financeiro. Os outros baseiam-se em transferências efetivas de riqueza para a esfera financeira, sendo o mecanismo mais importante o serviço da dívida pública e as políticas monetárias associadas a este. Trata-se de 20% do orçamento dos principais países e de vários pontos de seus PIBs, que são transferidos anualmente para a esfera financeira. Parte disto assume então a forma de rendimentos financeiros, dos quais vivem camadas sociais rentistas"(Mundialização do Capital - ed. Xama -fls. 15). La Rouche e Chénais discordam sob a estimativa do valor da bolha especulativa, o primeiro orça em 40 trilhões ao que o segundo calcula um valor ao redor de 10 a 12 trilhões. O primeiro trilhão já foi desinflado nas duas quedas em epígrafe, falta enchugar as demais bolhas que ficaram enquistadas dentro dos sistemas financeiros dos demais países deficitários e devedores deste sistema econômico kálfaniano em que a corda sempre rebenta do lado mais fraco, as pequenas e médias empresas nacionais, estranguladas sob juros e impostos estratosféricos e o trabalho que é cada vez mais "flexibilizado", fazendo uma genuflexão que não fica só sobre a garantia do contrato presente, mas que se projeta no alongamento dos cálculos atuariais das aposentadorias, tudo isto sob o fantasma presente da estagnação, recessão e desemprego crescentes.

Assim é que a política econômica-financeira kamikase adotada pelo Governo FFHHCC, aumentando juros, taxas e alíquotas fiscais, agrava mais a produção e o consumo, ocasionando concomitantemente, com juros escorchantes, o agravamento da dívida pública, dos custos, do consumo e liquidando com a capacidade interna e externa da economia, onerando gradativamente o consumo e a exportação, ocorrendo na relação direta, o aumento dos estoques, as concordatas e falências, a inadimplência e o desemprego. Em resumo: Se correr o bicho pega se parar o bicho mata. Este é o beco sem saída que nos levou a política econômica oficial em que a alternativa da desvalorização da moeda, que propiciaria o aumento das exportações, por outro lado, faria com que, na proporção da desvalorização, aumentasse o endividamento estatal e privados dos tomadores de empréstimo em dólar ao mesmo tempo em que, os ativos a serem privatizados, já vendidos a troco de banana, teriam seus valores pulverizados, não dando para pagar nem o serviço da dívida que de 12 bilhões pulou para 18 bi anuais. Este é o quadro até meados de 98 quando então, passaremos do estado de coma financeiro para a condição de pacientes terminais. Quosque tandem Catilina abutere patentia nostra.

- SÉRGIO BORJA, 48 anos
- Professor de Ciência Política, Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional da PUC/RS; Professor de Instituições de Direito Privado e Comercial da Faculdade de Direito da UFRGS.
- tel/fax residencial: 2 23 26 10
- telefone profissional: 316 35 55
- e-mail: [borja@pro.via-rs.com.br](mailto:borja@pro.via-rs.com.br)
- Torres 30.01.1998

Publicado no Jornal do Comércio em 19 de março de 1998 e na Gazeta Mercantil, remodelado, em 08.04.1998 sob o título de A real ameaça do vírus financeiro.